

Em Defesa das Estruturas da Seguridade Social

assina: Edson Lara Dias - INSS São Jose dos Pinhais - PR

1 - conjuntura Internacional e Nacional

Existe um paralelo de interesses em relação as retaliações a favela de Jacarezinho no Rio de Janeiro com a desculpa de cassar um assassino de policial acabando com a vida de civis inocentes indiscriminadamente e os ataques a Mossul no Iraque onde a aviação francesa e norte americana efetuaram 1307 ataques também na Síria com 10 mil prédios destruídos deixando centenas de milhares de mortos e refugiados ilhados em seu próprios países. A desculpa das ações imperialistas de ataque norte americano são de acabar com o estado islâmico, porém as vítimas em quase totalidade são civis inocentes, o povo massacrado e continuam sem energia elétrica. A coalizão militar esta interessada nos trabalhos de reconstrução do Iraque e Siria destruídos pela própria coalizão militar estadunidense. o E I Estado Islâmico é financiado pelos EUA de acordo com fontes da TV Síria onde o exercito sirio interceptou comboios do E I com militares infiltrados secretamente dos EUA e de Israel. Trata-se de um acordo de imperialistas EUA e França e Estado Islâmico a fim de lucrar com as guerrilhas. Defendemos a retira das tropas de coalizão. Em defesa da soberania dos povos árabes.

A coalizão militar visa retirar as riquezas, petróleo e minérios dos países ocupados a exemplo de quase toda África, acontece para os países árabes não alinhados a pilhagem norte-americana. Qualquer semelhança com o Brasil não se trata de mera coincidência ...

Fora Temer, por nenhum direito a menos e em defesa das reservas e riquezas nacionais. Eleições Gerais antecipadas e tambem a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte soberana eleita pelo povo exclusivamente para tratar da reforma do Sistema Político e alterações constitucionais que garantam reforma agrária e reforma do sistema judiciário e financeiro, eliminando algumas instituições apodrecidas a exemplo do Senado Federal.

2 - Reorganização sindical: A plenária da Fenasps do início de agosto de 2017 recua da decisão pela greve por tempo indeterminado, o que demonstra a distância com os anseios da base e as decisões tomadas em plenária. Para tanto precisamos intensificar os comandos de mobilização na base. Nosso debate precisa identificar as necessidades e reivindicações da base nos locais de trabalho. Ao mesmo tempo fazer participar das frentes de luta gerais dos servidores federais e das demais esferas de governo em debate com as entidades identificadas com nossas lutas, em particular reestabelecer a unidade com sindicatos cutistas e construir um calendário de lutas. Em particular a coordenação de servidores federais a CNESF demonstrou por parte de alguns dirigentes preconceito e rejeição a unidade com a Cut e sindicatos filiados, se transformando em um fórum de denúncias e ataques a CUT. A necessidade de construir uma frente de luta capaz de debater livremente os pontos em comum e desdobramentos para atividades unitárias, greves paralizações e campanhas de defesa do serviço público viabilizadas a

partir do fórum de lutas dos servidores públicos federais Fonasef tornou-se a formação viável para realizar a necessária unidade das especificidades de diferentes categorias de servidores.

3 - Reorganização do processo de trabalho. Teletrabalho digital na própria residência do servidor. Este tipo de trabalho exige investimento e a própria instituição INSS tem dificuldade com o custo operacional e a contratação de serviços terceirizados, a exemplo da tarefa de digitalização. Isso reflete o desmonte acometido a instituição, a exemplo da saída deste órgão do Ministério da Previdência, a falta de concurso público e a exploração ao quadro de servidores através do mecanismo da avaliação produtivista imposta pela " opção " ao termo de adesão a Carreira do Seguro Social vinculada ao atendimento de índices de produção atualmente inatingíveis. Havia um mascaramento artificial dos índices de medição da produção, porém a última greve e o crescente número de aposentadorias influenciou para o fracasso de atingimento dos índices de produção e o governo ameaça com desconto dos valores pagos no último trimestre da gratificação de produtividade. Precisamos esclarecer a base a respeito desses perigos do Teletrabalho, através dos comandos de mobilização nos locais de trabalho, pois não temos garantias sobre a quantidade máxima de demanda de serviço, número de processos e a atividade do servidor que trabalharia em casa vinculada a uma responsabilidade pessoal individualizada e não compartilhada pelos demais servidores da equipe, não há divisão de responsabilidade em que pese os procedimentos serem integrados e não isolados, dependemos de uma cadeia de produção, as atividades operacionais dependem dos demais servidores de cada unidade de atendimento da APS e do quadro da administração geral além de nossa direção central também sucateada com a diminuição de quadros de chefia e gerenciamento.

4 - Saúde e Previdência complementar:

Saúde digna de todos os trabalhadores depende da ação dos próprios trabalhadores nas ações de defesa do SISTEMA Único de Saúde. Dinheiro público deve ser destinado ao Sistema Público de Saúde. Os planos privados de saúde não podem receber privilégios por parte do estado em detrimento do serviço público.

Da verba do orçamento bruto do estado deveria ser reservado um percentual mínimo para a saúde pública. Atualmente o orçamento da saúde pública tem origem em percentual mínimo do orçamento líquido da União, ou seja reduzida a um pequeno valor após descontarmos os bilionários juros da dívida pública. Revogar a LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal onde saúde pública contabilmente significa despesa e a terceirização e gastos com planos de saúde privados são considerados contabilmente como investimentos, tornando-se uma armadilha sem saída para a reação dos trabalhadores e a Emenda Constitucional n. 95 perpetua essas distorções por no mínimo 20 anos de congelamento de investimentos, portanto torna-se imprescindível a revogação da LRF e da EC 95.

A Geap foi prejudicada na ação judicial de outras prestadoras de intermediação de serviços de saúde, a exemplo da UNIMED, onde foi proibido o ingresso de novos filiados para a Geap, concorrendo para instabilidade e comprometimento financeiro atuarial da GEAP. Precisamos fazer mobilização para uma verdadeira auditoria na Geap, diminuição das tarifas de participação e revogação de tal decisão judicial da ação movida pela Unimed e demais prestadoras contra a GEAP.

Quanto a Previdência complementar precisamos reverter essa reforma da previdência e extinguir o teto para aposentadoria, pois da contribuição dos servidores é mantida a sua própria previdência ou caixa de benefício e necessitamos de um Sistema Solidário de Previdência Publica com manutenção de um caixa único, sem fundações de direito privado. Uma campanha unificada de todos os servidores das 3 esferas em unidade com suas respectivas Centrais Sindicais está na ordem do dia a fim de derrotar a política de fundos de previdência privados e garantir um Sistema Solidário de Previdência Publica.

5 - Balanço do movimento sindical: Precisamos resgatar a unidade em torno das reais reivindicações do movimento de trabalhadores. Em novembro de 2016 o ato contra a Emenda Constitucional n.95 foi dividido e precisamos unir forças a partir de um debate com a CUT em defesa intransigente da retirada total desta emenda 95 que congela direitos durante vinte anos. Concomitante a isso uma campanha da Força Sindical defendeu pequenas alterações na emenda 95 deixando trabalhadores reféns de uma estagnação social da economia e perpetuando com fundamento de base Constitucional a retirada de direitos por no mínimo 20 anos. Todo esforço para unidade na ação em defesa dos direitos em atos públicos e campanhas de abaixo assinado e por ações civis públicas para reverter privatizações e concessões de terras e minérios, petróleo e água dos aquíferos e outras riquezas nacionais.

6 - Plano de Lutas: Começa e termina pela de mobilização através de comandos eleitos na base da categoria.

Atuar de maneira a educar e orientar sobre as desvantagens do INSS DIGITAL, pois nosso contrato de trabalho não está submetido a níveis de produtividade e portanto os critérios para desempenhar atividades do serviço digitalizado do INSS não estão definidas ou garantidas em formas de direitos do servidor ou em sua abrangência espacial e normas de aplicação, a exemplo da quantidade de processos a partir de um sistema de gerenciamento do próprio governo.

A falta de recursos remete a premissa de que o servidor se responsabilize individualmente pela produção, quando cada vez mais serviços passam para a responsabilidade das unidades de atendimento APS's mesmo sem estrutura e pessoal, o que prepara um sucateamento dos serviços prestados e argumento para futuras privatizações. Defender nossas estruturas está na ordem do dia. Estrutura de uma Previdência Pública Digna e Solidária para todos os trabalhadores.

O mesmo quanto a área da Saúde. Resgatar a nossa estrutura a começar pela FUNASA. Uma forte campanha pela reestruturação da Funasa com cartazes, carta aberta e espaço na mídia em unidade com as demais centrais e confederações de saúde CNTSS e Fenasps em unidade na ação em defesa dos serviços e estrutura pública das instituições públicas federais hospitais públicos e estruturas do ex INAMPS que pode ajudar no processo de atendimento a população, pois diante da carência de recursos do SUS, precisamos trabalhar por alternativas de atendimentos a população e manutenção de um sistema eficiente e justo de saúde pública.

Redução de jornada de trabalho sem redução de salários para todos os servidores da Seguridade Social, com regulamentação da jornada de 30 horas semanais.

Incorporação imediata de todas as gratificações produtivistas. Não trabalhamos por produção e sim por vocação.

Fomentar comandos permanentes unificados de mobilização na base com a necessidade de participação democrática de todos os sindicatos e centrais alinhados com a luta em defesa do serviço público, em particular da Seguridade Social a exemplo da CNTSS e Condsef.

Regulamentação do direito coletivo de livre negociação dos servidores públicos com o governo federal aprovado durante o governo Dilma.

Plataforma política

. Não ao pagamento da Dívida pública. Imediata suspensão e auditoria das contas a exemplo do que aconteceu no país do Equador.

. **Apoio a Conferência Mundial Aberta a se** realizar na Argélia de 08/12/2017 a 10/12/2017 com a finalidade de unidade dos trabalhadores do mundo em relação as lutas contra a retirada de direitos a exemplo da defesa da previdência pública e direitos trabalhistas.

. **Fora Temer! Eleições Gerais antecipadas!** E convocação de **Asembléia Nacional Constituinte** Soberana eleita pelo povo exclusivamente para tratar da reforma do Sistema Político e alterações constitucionais que garantam reforma agrária e reforma do sistema judiciário e financeiro, eliminando algumas instituições apodrecidas a exemplo do Senado Federal.

. **Revogação da LRF e da EC 95.**

. Todo apoio ao processo de eleição constituinte na Venezuela em defesa da soberania dos povos do mundo inteiro e contra as ameaças de invasão norte-americana a Venezuela.

7 - alterações estatutárias e regimentais:

Manutenção da possibilidade de filiação a Fenasps de Sindicatos Estaduais que estejam também filiados a CNTSS entendendo tratar-se de sindicatos autônomos, com direito ao livre debate com suas bases sobre questões dos comandos unificados de mobilização, conforme necessidade de participação democrática de todos os sindicatos e centrais alinhados ou identificados no campo da luta em defesa do serviço público, em particular da Seguridade Social.

assina: **Edson Lara Dias - INSS São Jose dos Pinhais - PR**